



Delegação da Assembleia da República à União Interparlamentar  
PORTUGAL



Inter-Parliamentary Union  
For democracy. For everyone.

135ª ASSEMBLEIA DA UNIÃO INTERPARLAMENTAR

GENEVA, 23 A 27 DE OUTUBRO DE 2016

Discurso do Vice-Presidente da Delegação  
Permanente da Assembleia da República de Portugal à  
União Interparlamentar em Assembleia Geral da UIP

Vice-Presidente Jorge Lacão

## DIREITOS HUMANOS NO PARLAMENTO PORTUGUÊS

(Deputado Jorge Lacão)

Venho falar-vos da defesa dos Direitos Humanos no Parlamento Português, o Parlamento de um País e de uma sociedade que há 42 anos abandonou um regime de ditadura e de colonialismo e que, desde então, vive numa democracia representativa, pluralista e baseada no escrupuloso respeito pelo princípio da alternância democrática.

Venho falar-vos de um Parlamento constituído segundo uma ordem constitucional própria de um Estado de Direito Democrático, baseado no princípio da separação de poderes e, por isso, pilar do equilíbrio de competências entre órgãos de soberania e expressão de um firme respeito pela proteção dos direitos, liberdades e garantias, acolhendo a dignidade da pessoa humana como seu valor matricial. O regime dos direitos, liberdade e garantias é superiormente orientado pelos princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Face à natureza do regime político, o parlamento português é parte de uma ordem democrática baseada no princípio da igualdade entre todos os cidadãos e da proibição das discriminações de qualquer natureza, económica, ideológica, religiosa, étnica, de género ou quaisquer outras.

O relacionamento pacífico entre os Povos é um apanágio da Constituição portuguesa, tendo como lema um desenvolvimento partilhado e cooperante entre os Estados, no pleno respeito pela soberania de cada um.

É neste quadro de valores que se orienta o Parlamento Português e que se estrutura a sua atividade, de que me apraz destacar, pela sua relevância para a defesa dos Direitos Humanos:

- A existência de uma Comissão especializada permanente para os Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, o que ocorre sem prejuízo da existência independente de um Tribunal Constitucional;

- O funcionamento, no seu âmbito, de uma subcomissão permanente para a igualdade, especialmente vocacionada para a apreciação de todas as matérias relativas à igualdade de género e ao combate às discriminações com destaque para as que incidam sobre a condição das mulheres;
- Pelo que é neste caldo de cultura que o parlamento português assumiu um princípio estimulante tendente à paridade de género na composição das listas de candidatos a Deputados, garantindo assim uma composição muito mais equilibrada entre homens e mulheres na representação popular, com reflexos em muitos domínios, nomeadamente na intensidade das medidas de prevenção e combate à violência doméstica;
- A adoção pelo Parlamento – a Assembleia da República de Portugal – de um prémio anual dos Direitos Humanos, atribuído todos os anos na comemoração do Aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos e em que se distinguem as personalidades e as organizações que na sociedade mais se destacaram em defesa dos Direitos Humanos, sejam de origem nacional ou estrangeira;
- Por outro lado, a criação de múltiplos Grupos de Amizade permite uma mais estreita cooperação entre Parlamentares das mais diversas partes do mundo;
- Enfim, a participação em múltiplas instituições internacionais promotoras da convivência pacífica entre os povos, de que se destaca a própria participação na União Interparlamentar, nas assembleias parlamentares do Conselho da Europa, da Organização para a Segurança e Cooperação Europeia (OSCE), da NATO, da União para o Mediterrâneo ou da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Todas estas frentes de intervenção permitem ao Parlamento Português assumir-se como um promotor ativo da convivência internacional na defesa da paz e na prevenção dos conflitos. Através delas Portugal

procura contribuir para uma sociedade internacional fundada no desenvolvimento sustentável e na resolução pacífica dos conflitos.

Também o Parlamento e o Estado português se distinguiram ao terem-se tornado um dos primeiros a adotar o Tratado Internacional que criou o Tribunal Penal Internacional (TPI), numa demonstração da sua decisão de contribuir para minorar o flagelo dos crimes contra a humanidade.

Creio, assim, poder afirmar com verdade, perante esta assembleia, que apesar dos limites da sua dimensão geográfica e populacional, o Portugal democrático se projeta nas mais diversas partes do mundo pela sua ação política, pela sua história, pela sua cultura e pela sua língua – hoje, cerca de 280 milhões de falantes da Europa a África, da América à Ásia ou à Oceânia, estabelecem a língua portuguesa como a 5.<sup>a</sup> língua mais falada no mundo.

Não surpreenderá, por isso, a atenção conferida pelo Parlamento Português a muitas e cruciais decisões do mais alto significado internacional.

Na última sessão plenária da UIP, realizada em Lusaca, os Deputados da delegação portuguesa tiveram ocasião de exprimir um forte empenhamento de Portugal no novo processo de designação do Secretário-geral da ONU. Hoje, sabemos ter sido o português António Guterres a personalidade eleita para Secretário-geral da ONU, após um escrutínio inovador e exemplar de transparência democrática, que largamente contribuiu para prestigiar a instituição.

Acompanhando esse processo, o Parlamento de Portugal e os seus Deputados, de todo o espectro político, empenharam-se unanimemente no apoio à candidatura de António Guterres, personalidade que se apresentou ao mundo com o grande desígnio de assegurar uma liderança forte no cenário internacional tão complexo em que vivemos e na fidelidade aos valores estruturantes da Carta das Nações Unidas.

Foi em nome desses valores que o antigo Alto-comissário das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) logrou colocar o drama dos refugiados na agenda dos Estados e das instituições internacionais. E este é o ponto que, acima de todos os demais, desejo destacar perante vós.

Portugal faz parte do grupo de 28 países que integram a União Europeia. Como todos sabem, a Europa tem estado sob forte pressão devido aos fortes fluxos migratórios oriundos de muitas partes mas, sobretudo, da África subsariana, da região do Magrebe e, em larguíssima medida, devido à guerra na Síria, gerando uma enorme crise humanitária especialmente projetada na zona dos Balcãs e no mediterrâneo oriental.

Face à pressão migratória dois caminhos se colocam aos países europeus: ou fecharem-se sobre si próprios, fazendo prevalecer os egoísmos nacionais e impedindo o acesso dos refugiados ao interior das suas fronteiras ou estabelecerem entre si mecanismos de solidariedade, assumindo redistribuir entre todos, segundo um sistema de quotas, de forma solidária e proporcional às suas capacidades, o esforço de acolhimento e de integração dos refugiados.

É esta última solução a protagonizada pelo Governo de Portugal e apoiada pelo Parlamento Português. Empenhamo-nos na concretização dos valores da solidariedade internacional. Desejamos concorrer para a prevenção dos conflitos pelos métodos do diálogo à escala das organizações internacionais em que participamos. Fazemo-lo de forma particularmente ativa à escala regional mas mantemo-nos generalizadamente presentes nos mais diversos fora mundiais, de acordo com a nossa vocação universal. Orgulhamo-nos de nos podermos afirmar como um país cuja democracia representativa é expressão de paz e de concórdia, sem embargo do respeito devido à manifestação das diferenças, à livre expressão do pensamento, no Governo ou na oposição, procurando sempre a construção de pontes para a solução pacífica e justa dos conflitos.

Solução pacífica e justa dos conflitos, aprofundamento constante dos mecanismos do diálogo, solidariedade nacional e internacional, especialmente com os mais vulneráveis e os que buscam refúgio e segurança fugindo dos conflitos e das guerras, compromisso com o reforço da segurança internacional no respeito pelo primado dos direitos humanos – eis, em conclusão, as orientações do Parlamento Português em sintonia com os desígnios permanentes do estado Português.

Acreditamos na busca da paz universal de que falava Immanuel Kant, certamente uma utopia mas uma utopia mobilizadora, própria dos homens e mulheres justos, das populações e dos povos que continuam a acreditar e a desejar viver segundo os valores da democracia, da tolerância, da liberdade e do respeito e garantia, em geral, pelos direitos humanos e o seu exercício.